



Relatório de Atividades e Contas 2022

Comité Paralímpico de Portugal

Índice

Apresentação	5
2. Introdução.....	8
3. Atividades Regulares	10
a. Dias Paralímpicos.....	11
b. Classificação Funcional Desportiva.....	11
c. Projeto I'mPOSSIBLE	12
d. Inscrição em Provas e Homologação de Competições no IPC.....	12
e. Desenvolvimento de projetos com a Academia	12
f. Formação de agentes desportivos	13
4. Programa de Preparação Paralímpica	15
a. Organização e gestão do Programa de Preparação Paralímpica	15
b. Programa de Preparação Paralímpica.....	15
c. Projeto de Esperanças e Talentos Paralímpicos.....	19
d. Apoio Complementar.....	20
e. Missão Jogos Paralímpicos Paris 2024	21
5. Jogos Paralímpicos de Inverno Pequim 2022	23
6. Programa de Preparação Surdolímpica	25
a. Organização e gestão do Programa de Preparação Surdolímpica.....	25
b. Programa de Preparação Surdolímpica.....	25
c. Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021	27
7. Responsabilidade Social	29
8. Comunicação e Marketing	31
9. Execução Orçamental	39
10. Anexos	43
Anexo 1 – Parecer do Concelho Fiscal	43
Anexo 2 – Membros CPP	44
Anexo 3 – Distribuição Geográfica Outdoors Campanha Superação.....	46

Mensagem do Presidente

Iniciamos o ano de 2022 com uma campanha de promoção da prática desportiva por parte de pessoas com deficiência. A dificuldade crescente na renovação de atletas e a necessidade de encontrar estratégias de atração e de sensibilização que estimulem as pessoas com deficiência a procurarem a prática desportiva foi a nossa motivação. Tratou-se de uma campanha com alcance nacional realizada com recurso a diversos meios de divulgação.

Em termos desportivos o ano 2022 fica também marcado pela presença de Portugal nos Jogos Surdolímpicos realizados em Caxias do Sul, no Brasil, competição onde, apesar da deficiente organização, Portugal registou a melhor participação desportiva de sempre.

Igualmente marcante foi o lançamento do concurso público para o projeto de nova sede do CPP. O projeto não visa apenas oferecer um espaço de trabalho adequado para os serviços do Comité Paralímpico de Portugal, mas também, através da sua identidade arquitetónica e amplas funcionalidades, constituir-se como um espaço de promoção da inclusão e do desporto para pessoas com deficiência em Portugal.

Com a acessibilidade integral como característica fundamental, a nova sede do Comité Paralímpico de Portugal será edificada no concelho de Loures como parte integrante de uma visão para o futuro do organismo máximo do desporto paralímpico português. Será esta a nova casa do desporto para pessoas com deficiência em território nacional.

O ano 2022 fica também indelévelmente marcado pela assinatura do contrato Programa de Preparação Paralímpica Paris 2024, o qual permite que, pela primeira vez, tenhamos um ciclo completo em equidade com a dimensão Olímpica. Esta era uma aspiração antiga dos atletas paralímpicos que foi concretizada no ano 2022 e que todos esperamos que seja o início de um novo paradigma no desporto português.

Importa ainda sublinhar o continuado apoio dos membros do CPP, dos nossos patrocinadores e parceiros e da permanente disponibilidade da administração pública com quem trabalhamos e sem os quais, os projetos que desenvolvemos não seriam viáveis.



José Manuel Lourenço,
Presidente

Apresentação

Relatório de Atividades e Contas 2022



André Soares e João Marques, Ciclismo
Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

Apresentação

Identificação:

Designação: Comité Paralímpico de Portugal

Fundação: 26 de setembro de 2008

Atribuição da Utilidade Pública: 30 de dezembro de 2009

Localização e contactos:

Sede e serviços administrativos:

Rua do Sacramento, n.º 4 r/c – Fanqueiro

2670-372 Loures

Telefone: (+351) 219 886 552

Email: geral@paralimpicos.pt

Site: www.paralimpicos.pt

Órgãos Sociais

Comissão Executiva:

Presidente – José Manuel Fernandes Lourenço

Secretário-geral – Carlos Manuel Conceição Lopes

Vice-presidente – Luís Manuel Martins Figueiredo

Vice-presidente – Leila Susana Noronha Velosa Marques Mota

Vice-presidente – Sandro Daniel dos Santos Gonçalves de Araújo

Vice-presidente – Filipe Renato da Silva Rebelo

Vice-presidente – Tiago Fragoso de Carvalho

Tesoureiro – Jorge Manuel Martins Amado Correia

Vogal – Francisco Lourenço Martins Teófilo

Vogal – José Carlos Ferreira Pavoeiro

Conselho Fiscal:

Presidente – Mário Rui Coelho Teixeira

Secretário – Rui Manuel Álvaro Marta

Relator – Ricardo Alexandre Afeiteira Marques

Comissões Integradas

Os Estatutos do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) preveem a criação de comissões/entidades integradas com atribuições estatutárias específicas e estrutura orgânica própria gozando de autonomia na prossecução das atribuições que lhes são reservadas e de apoio financeiro do Comité Paralímpico de Portugal para as suas atividades.

Atualmente, a única entidade integrada do CPP é a Comissão de Atletas Paralímpicos (CAP). A CAP é constituída pelos atletas participantes nos Jogos Paralímpicos e Surdolímpicos, no ativo ou retirados, mas não após o termo da terceira paralímpiada ou surdolímpiada posterior aos últimos Jogos em que tenham participado.

A comissão de Atletas Paralímpicos (CAP) é constituída por:

- Presidente: Daniel Videira (natação)
- Vice-presidente: Nelson Lopes (natação)
- Secretário-geral: Tiago Neves (natação)
- Vogal: André Ramos (Boccia)
- Vogal: Simone Fragoso (natação)

Filiações

Internacionais:

IPC - Internacional Paralympic Committee

EPC - European Paralympic Committee

Representações

Conselho Nacional do Desporto

Comissão Permanente do Conselho Nacional do Desporto

Conselho Consultivo Município de Loures

Conselho Consultivo Instituto Português do Desporto e Juventude

Conselho Consultivo Autoridade Nacional Contra a Violência no Desporto

Conselho Consultivo do Me-CDPD - Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

Fundação do Desporto

Rede de Escolas Do Ensino Superior Politécnico Público (REDESPP)

Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025

Membros

Anexo 2

Introdução

Relatório de Atividades e Contas 2022

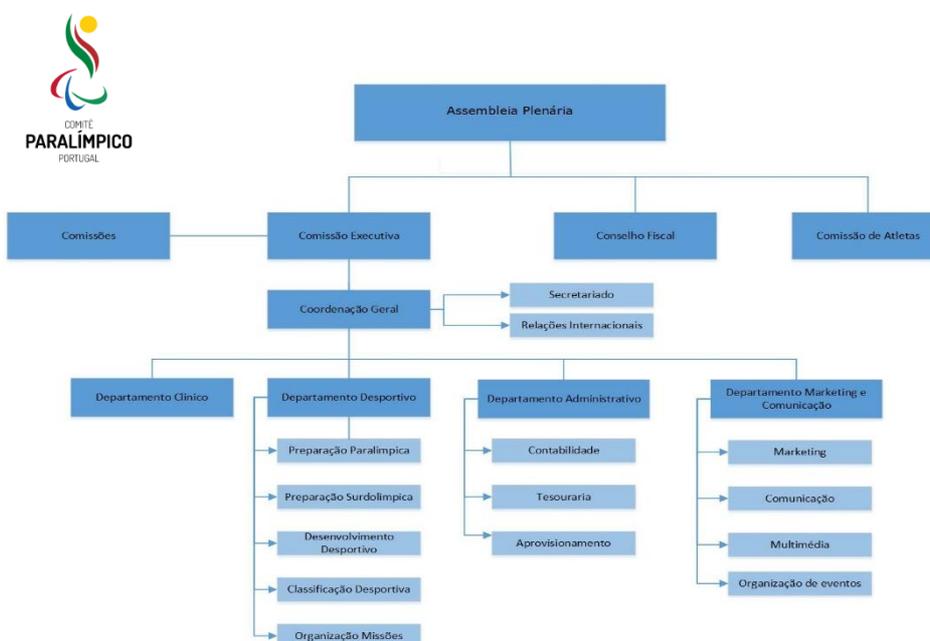


Diogo Cancela, Natação
Jogos Paralímpicos Tóquio 2020

2. Introdução

O Relatório de Atividades e Contas (RAC) que aqui se apresenta respeita o previsto nos Estatutos do CPP, nomeadamente o seu artigo 6º, em particular, concretizar o objetivo de “Divulgar, desenvolver e defender o Movimento Paralímpico e o desporto em geral, em conformidade com o *International Paralympic Committee (IPC) Handbook*”.

Em março de 2022 realizaram-se as eleições para os Órgãos Sociais do CPP para o ciclo 2022-2024. A estrutura orgânica aprovada no início do mandato 2017 a 2021 manteve-se, o qual abaixo se apresenta:



Em termos de estrutura o presente documento segue o Plano de Atividades e Orçamento e apresenta em anexo as contas de 2022 e respetivo anexo.

Em termos contabilísticos, o RAC respeita as regras contabilísticas em vigor e cujas contas foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas bem como acompanhadas pelo Conselho Fiscal do CPP, o qual emitiu parecer.

Atividades Regulares

Relatório de Atividades e Contas 2022



Hugo Passos, Luta Greco-Romana
Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

3. Atividades Regulares

O CPP tem uma atividade que abrange predominantemente as áreas do desporto a nível nacional e internacional, com entidades e instituições de natureza várias.

O programa de atividades regulares prevê a coordenação do funcionamento do CPP, nomeadamente, os recursos humanos, as necessidades nos consumos administrativos, contabilidade e controlo orçamental, cumprimento das obrigações contratuais e demais ações necessárias para o funcionamento regular do CPP.

Em relação aos recursos humanos (RH), o quadro de pessoal em 31 de dezembro de 2022 registava a seguinte composição:

- 1 coordenadora geral
- 2 técnicos de desporto
- 1 técnico de comunicação
- 1 técnico de marketing
- 1 técnico de audiovisuais
- 1 técnica de design
- 1 técnica administrativa

Pese embora seja uma equipa muito pequena, salienta-se a disponibilidade e polivalência de todos para que seja possível desenvolver todos os projetos em que o CPP está envolvido.

Ao longo do ano de 2022 os dirigentes e outros representantes do CPP estiveram em representação institucional em diversos eventos a nível nacional e internacional.

Os custos com as atividades regulares durante o ano de 2022 ascenderam a 263.240,22€.

No decorrer do ano de 2022 e no seguimento da cedência por parte da Câmara Municipal de Loures de um terreno para a construção de uma nova sede para o CPP, em parceria com a Ordem dos Arquitectos, foi elaborado o caderno de encargos e lançado o concurso público de conceção para a elaboração do projeto da sede do CPP. Foram rececionados 22 trabalhos, que após validação dos critérios definidos por parte do júri, selecionou o projeto vencedor que foi ratificado pela Comissão Executiva do CPP em novembro de 2022. Desta forma, estão reunidas as condições para se poder avançar para a fase de implementação do projeto e procura de financiamento. Durante o ano de 2022, os custos com este projeto foram de 37.614,10€.

a. Dias Paralímpicos

O Dia Paralímpico é uma iniciativa da responsabilidade do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), em conformidade com as normas emanadas pelo Comité Paralímpico Internacional (IPC). O primeiro Dia Paralímpico realizou-se no ano de 2012 na cidade de Loures, concelho anfitrião da sede do CPP. Desde essa data, com periodicidade anual (excetuando no período pandémico), o CPP tem vindo a realizar um Dia Paralímpico Nacional numa cidade capital de distrito diferente. Com a realização do Dia Paralímpico Nacional e Dia Paralímpico Municipal o CPP procura transmitir à população portuguesa novos olhares e novas formas de contato com o Desporto e a Deficiência, num clima saudável de inclusão junto da comunidade que recebe a iniciativa. Neste sentido, em 2022, foram realizadas três ações:

- Dia Paralímpico Alcanena, no Agrupamento de escolas de Alcanena, no dia 01/04/2022 e que contou com quatro modalidades: Atletismo, Boccia, Judo e Ténis de Mesa.
- Dia Paralímpico Nacional Coimbra, no dia 26/09/2022, coincidente com o aniversário do CPP e que contou com 13 modalidades: Atletismo, Badminton, Basquetebol CR, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Futebol 5, Halterofilismo, Remo, Showdown, Ténis CR, Ténis de Mesa e Tiro.
- Dia Paralímpico Alcoitão, no Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão (CMRA), no dia 19/10/2022 e que teve a presença de seis modalidades: Ciclismo, Jogos Tradicionais, Powerlifting, Remo, Ténis de mesa e Tiro.

Os custos referentes a atividades relacionadas com o Dia Paralímpico ascenderam ao montante de 6.472,87€.

b. Classificação Funcional Desportiva

O projeto de Classificação Funcional Desportiva, integrado no contrato-programa de Atividades Regulares, foi alvo de financiamento próprio no montante de 10.000,00€. No ano de 2022, foram realizados três cursos. No Plano de Atividades e Orçamento de 2022 não estava previsto um número certo de ações, dado estas estarem sujeitas a confirmação das federações nacionais, internacionais e IPC. Dos três cursos realizados, um foi realizado em Portugal e os outros dois tiveram lugar no estrangeiro.

Os custos das atividades relacionadas com esta atividade, no ano de 2022, totalizaram 6.812,75€. No que diz respeito à produção de material didático, nomeadamente vídeos animados explicativos do processo de classificação, foi concluída a série com 14 vídeos, estando os mesmos disponíveis na plataforma Youtube do CPP.

c. Projeto l'mPOSSIBLE

O Projeto l'mPOSSIBLE visa divulgar e disseminar os valores paralímpicos e o próprio movimento paralímpico a todas as pessoas em idade escolar através de toda a comunidade escolar, em particular os professores. Este projeto está a ser desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação (DGE) e os conteúdos formativos acreditados pelo conselho científico-pedagógico da formação de professores.

No ano 2022 foi realizada em Celorico de Basto, em formato presencial e digital, uma ação de formação, a qual contou com a participação de 206 professores. Este projeto teve durante o ano de 2022 um investimento de 1.660,86€.

d. Inscrição em Provas e Homologação de Competições no IPC

Ao longo do ano, a pedido das Federações Desportivas, o CPP assegura todo o processo administrativo, junto do IPC, no que diz respeito à inscrição em provas internacionais e à homologação de provas em território nacional. A referida inscrição é necessária em modalidades cuja governação está sobre a égide do IPC (atletismo, natação, tiro e halterofilismo, bem como, todas as modalidades paralímpicas de desportos de inverno).

Ainda relacionado com as modalidades antes identificadas, também é responsabilidade do CPP, assegurar o registo de resultados desportivos obtidos em Portugal bem como todo o processo associado à Classificação Desportiva. Durante o ano de 2022 foram solicitadas ao IPC 69 homologações de provas.

e. Desenvolvimento de projetos com a Academia

De acordo com o estipulado no Plano de Atividades e Orçamento de 2022, estava prevista a promoção de uma investigação científica alvo de um prémio no valor de 5.000,00€, e ainda, no âmbito do protocolo com a REDESPP, o desenvolvimento de conteúdos e ações de formação na área do desporto e da Educação Física para pessoas com deficiência, a formação de professores e a investigação científica.

Não foi possível implementar o prémio de investigação científica. No que respeita às ações de formação, o Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais implementou a 2ª edição da Pós-Graduação em Desporto e Atividade Física Adaptada, a qual teve o apoio do CPP.

f. Formação de agentes desportivos

Desenvolveram-se trabalhos para o planeamento de uma formação para todos os agentes desportivos, vocacionada para a melhoria de competências relacionadas com a especificidade no trabalho com atletas com deficiência. Este é um trabalho que foi tornado público e foi iniciado em 2022 e para o qual contamos com a colaboração das Federações de modalidade. Será implementado em 2023 e contamos com a parceria do IPDJ para a acreditação desta formação e com o apoio da Confederação de Treinadores de Portugal.

Programa de Preparação Paralímpica

Relatório de Atividades e Contas 2022



André Ramos, Boccia
Jogos Paralímpicos Tóquio 2020

4. Programa de Preparação Paralímpica

No cumprimento do estipulado nos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo CP/2/DDF/2018 e CP/701/DDF/2022, o CPP assegurou, no ano de 2022, a coordenação e a gestão do Programa Paralímpico, em articulação com as federações que, a cada momento, enquadraram atletas integrados no Programa Tóquio 2020 e no Programa Paris 2024. Ao longo do ano de 2022 estiveram integrados 38 atletas de 10 modalidades distintas.

Regista-se a regularidade alcançada no pagamento das bolsas aos atletas e treinadores, o mesmo sucedendo com as transferências financeiras para as federações relativas às verbas de preparação.

a. Organização e gestão do Programa de Preparação Paralímpica

A gestão e coordenação do Programa Paralímpico é da responsabilidade do Comité Paralímpico de Portugal. Compete ao CPP gerir, coordenar e avaliar a execução do Programa de Preparação Paralímpica (PPP), bem como preparar e organizar a Missão Portuguesa aos Jogos Paralímpicos. Tem ainda como atribuições, entre outras, monitorizar e avaliar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, assegurar o tratamento e a gestão da informação relativa ao PPP e, designadamente, a elaboração de relatórios e de prestação de contas à Administração Pública e propor a aquisição de serviços e de bens indispensáveis à gestão e execução do PPP. Os custos com a gestão e coordenação do projeto de preparação paralímpica foram de 100.890,55€.

b. Programa de Preparação Paralímpica

Financiamento à preparação

Os montantes máximos atribuídos a cada Federação para efeitos de apoio ao financiamento à preparação dos atletas integrados no Programa, foram estabelecidos de acordo com o disposto no nº VI.8 do Regulamento de Preparação Paralímpica e no âmbito do Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/2/DDF/2018. Considerando a assinatura do novo contrato-programa no decorrer do ano de 2022, os valores estabelecidos inicialmente foram revistos.

Assim, foram assinadas adendas com cada uma das respetivas federações com praticantes integrados no projeto, sendo que em caso de ajuste do valor, foi assinada uma segunda adenda, conforme tabela abaixo:

Federação	Adenda 2022
Federação Portuguesa Atletismo	
Ana Filipe	14.000,00€
Carina Paim	10.000,00€
Carolina Duarte	12.000,00€
Cláudia Santos	14.000,00€
Hélder Mestre	14.000,00€
João Correia	9.000,00€
Maria O. Fiúza	10.000,00€
Miguel Monteiro	12.000,00€
Sandro Baessa	14.000,00€
Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência	
Abílio Valente	18.000,00€
Ana Sofia Costa	17.000,00€
André Ramos	17.400,00€
Carla Oliveira	14.700,00€
Cristina Gonçalves	19.000,00€
Manuel Cruz	11.500,00€
Nelson Fernandes	1.550,00€
Rita Patrício	8.100,00€
Federação Portuguesa Badminton	
Beatriz Monteiro	13.000,00€
Federação Portuguesa Canoagem	
Alex Santos	14.000,00€
Norberto Mourão	14.000,00€

Federação	Adenda 2022
Federação Portuguesa Ciclismo	
Bernardo Vieira	20.500,00€
Flávio Pacheco	20.500,00€
Luís Costa	21.750,00€
Telmo Pinão	23.350,00€
Federação Equestre Portuguesa	
Ana Mota Veiga	14.000,00€
Pedro Felix	14.000,00€
Federação Portuguesa Judo	
Djibrilo Iafa	12.000,00€
Miguel Vieira	37.000,00€
Rúben Gonçalves	37.000,00€
Federação Portuguesa Natação	
Daniel Videira	19.300,00€
Diogo Cancela	25.000,00€
Ivo Rocha	16.000,00€
Marco Meneses	14.800,00€
Susana Veiga	16.500,00€
Tomás Cordeiro	12.000,00€
Federação Portuguesa Tiro	
Adelino Rocha	32.000,00€
Bruno Valentim	19.000,00€
Federação Portuguesa Triatlo	
Filipe Marques	16.000,00€

O financiamento atribuído no ano de 2022 totalizou o montante de 632.565,34€, distribuído pelas seguintes federações:

Federação	Valor Atribuído
F Equestre P	21.000,00 €
FP Atletismo	119.332,84 €
FP Badminton	13.000,00 €
FP Canoagem	39.200,00 €
FP Ciclismo	69.016,67 €
FPDD	191.162,50 €
FP Judo	36.500,00 €
FP Natação	103.520,00 €
FP Tiro	23.833,33 €
F Triatlo P	16.000,00 €
	632.565,34 €

Bolsas Paralímpicas

O pagamento das bolsas aos praticantes, treinadores e outros agentes desportivos foi feito diretamente pelo CPP, de forma regular, em função do nível de integração no Projeto de Preparação Paralímpica e de acordo com os dois regulamentos que estiveram em vigor no ano 2022, a saber: CP/2/DDF/2018 (janeiro a setembro) e CP/701/DDF/2022 (outubro a dezembro).

As bolsas paralímpicas atribuídas no ano de 2022 totalizaram o montante de 818.367,00€, distribuídas da seguinte forma:

Federação	Valor Atribuído
F Equestre P	21.708,00 €
FP Atletismo	187.808,50 €
FP Badminton	25.207,20 €
FP Canoagem	63.789,00 €
FP Ciclismo	61.944,84 €
FPDD	248.720,46 €
FP Judo	32.823,00 €
FP Natação	139.477,80 €
FP Tiro	13.706,00 €
F Triatlo P	23.182,20 €
	818.367,00 €

c. Projeto de Esperanças e Talentos Paralímpicos

Financiamento à preparação

O Projeto Esperanças e Talentos Paralímpicos (PETP) é parte do Programa de Preparação Paralímpica (PPP) estando subordinado à Estratégia de Apoio e Desenvolvimento do Desporto Paralímpico do CPP. Podem integrar este Projeto, atletas com especial talento ou equipas que apresentem expectativas fundadas de cumprirem os objetivos do Programa Paralímpico, no limiar temporal dos Jogos Paralímpicos de Los Angeles 2028, tendo em consideração que se trata de um Projeto que visa essencialmente renovar as missões aos Jogos Paralímpicos.

Durante o ano de 2022, 15 atletas de 5 modalidades integraram o projeto esperanças e talentos paralímpico.

Ao abrigo do novo contrato-programa (CP/701/DDF/2022), o projeto esperanças e talentos paralímpicos deixa de ter um valor fixo (até um máximo de 300,00€/mês) para o seu financiamento, passando a contemplar, à semelhança do PPP o estabelecimento de uma adenda de valor de financiamento anual, de acordo com o plano de preparação e orçamento de cada atleta. No ano de 2022 o valor atribuído para financiamento à preparação das esperanças paralímpicas foi de 19.672,80€, distribuído pelas seguintes federações:

Federação	Valor Atribuído
FP Atletismo	6.869,72 €
FP Badminton	2.300,00 €
FP Ciclismo	3.000,00 €
FPDD	7.200,00 €
FP Natação	303,08 €
	19.672,80 €

Bolsas PETP

Ao abrigo do contrato-programa CP/2/DDF/2018, o pagamento das bolsas aos praticantes e treinadores foi feito diretamente pelo CPP, de forma regular, cujos valores mensais constam da tabela abaixo.

Nível	Atleta	Treinador
Esperança - Individual	302,50€	242,00€
Esperança - Coletivo	272,50€	550,00€

Ao abrigo do novo contrato-programa (CP/701/DDF/2022), o projeto esperanças e talentos paralímpicos deixa de enquadrar bolsas para os seus atletas.

As bolsas do PETP atribuídas no ano de 2022 totalizam o montante de 55.633,14€, distribuídas da seguinte forma:

Federação	Valor Atribuído
FP Atletismo	12.233,10 €
FP Badminton	5.296,14 €
FP Ciclismo	5.114,64 €
FPDD	24.195,00 €
FP Natação	8.794,26 €
	55.633,14 €

d. Apoio Complementar

Durante o ano de 2022 o CPP recebeu cinco candidaturas a apoios no âmbito do Projeto Apoio Complementar, concretamente:

Federação	Valor Atribuído
FP Canoagem	10.700,00 €
FP Ciclismo	10.952,52 €
FPDD	9.100,00 €
FP Judo	5.754,76 €
	36.507,28 €

Verificando-se que as mesmas cumpriam o previsto no Regulamento do Programa Tóquio 2020 e Regulamento do Programa Paris 2024, as mesmas foram aceites tendo o CPP despendido, no ano em curso, de um total de 36.507,28€.

Reunião anual PPP 2022:

No ano de 2022 aconteceram 2 reuniões com todos os elementos do Programa de Preparação Paralímpica:

No dia 30/04/2022, em formato digital, teve lugar uma reunião geral, que pretendeu fazer um balanço geral do ano de 2021 e a passagem de informação relativamente ao ano de 2022.

No dia 29/10/2022, aconteceu outra reunião geral, desta vez, em formato presencial e teve como objetivo a apresentação do novo contrato programa e respetivo regulamento, bem como criar o espaço para esclarecimento de dúvidas ou questões.

e. Missão Jogos Paralímpicos Paris 2024

No âmbito das suas atribuições, no decorrer do ano de 2022 foi necessário fazer duas deslocações a Paris para a realização de diversas reuniões técnicas com a organização dos Jogos de Paris. Estas deslocações foram realizadas em outubro e novembro de 2022 e tiveram um custo total de 11.240,15€.

Jogos Paralímpicos de Inverno Pequim 2022

Relatório de Atividades e Contas 2022



Pedro Herdeiro, Snowboard

5. Jogos Paralímpicos de Inverno Pequim 2022

No início do ano de 2022 foram mantidos os contactos, iniciados em 2021, com a Federação de Desportos de Inverno de Portugal (FDIP) por forma a assegurar a eventual participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos de Inverno Pequim 2022. Em articulação com a Federação de Desportos de Inverno de Portugal foram desenvolvidos os formalismos necessários para candidatura a um convite *Bipartite* para participação nos Jogos. Infelizmente, no dia 15 de fevereiro de 2022, a organização informou que o convite *Bipartite* não foi aceite. Ainda assim, fica o agradecimento ao IPDJ e FDIP pela disponibilidade e colaboração.

Programa de Preparação Surdolímpica

Relatório de Atividades e Contas 2022



Joana Santos, Judo

Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

6. Programa de Preparação Surdolímpica

Durante o ano de 2022 o CPP assegurou o cumprimento do estipulado no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo CP/650/DDF/2022. Foi assumida a coordenação e a gestão do Programa Surdolímpico, em articulação com as federações que enquadraram atletas integrados no Programa Caxias do Sul 2022. Ao longo do ano de 2022 estiveram integrados 13 atletas de 6 modalidades distintas.

a. Organização e gestão do Programa de Preparação Surdolímpica

A gestão e coordenação do Programa de Preparação Surdolímpica (PPS) é da responsabilidade do Comité Paralímpico de Portugal e compreende o Projeto Surdolímpico 2022, o Projeto Esperanças e Talentos Surdolímpicos e a Missão aos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021. Compete ao CPP gerir, coordenar e avaliar a execução do Programa de Preparação Surdolímpica, bem como preparar e organizar a Missão Portuguesa aos Jogos. Além destas tem o CPP ainda como atribuições monitorizar e avaliar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, assegurar o tratamento e a gestão da informação relativa ao PPS e, designadamente, a elaboração de relatórios e de prestação de contas à Administração Pública e propor a aquisição de serviços e de bens indispensáveis à gestão e execução do PPS. O valor despendido para organização e gestão do Projeto de Preparação Surdolímpica foi de 15.033,10€.

b. Programa de Preparação Surdolímpica

Financiamento à preparação surdolímpica

Os montantes máximos atribuídos a cada Federação para efeitos de apoio ao financiamento à preparação dos atletas integrados no Programa, foram estabelecidos de acordo com o disposto no nº V.3.3 do Regulamento de Preparação Surdolímpica e no âmbito do Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/650/DDF/2022. Considerando a assinatura do novo contrato-programa no decorrer do ano de 2022, os valores estabelecidos foram aprovados já no decorrer do ano de 2022.

Assim, foram assinadas adendas com cada uma das respetivas federações com praticantes integrados no projeto, conforme tabela abaixo:

Federação	Valor atribuído
FP Atletismo	13.650,00€
FP Ciclismo	8.200,00€
FP Judo	3.900,00€
FP Lutas Amadoras	3.250,00€
FP Natação	14.500,00€
FP Tiro	3.250,00€
	46.750,00€

O valor do financiamento à preparação surdolímpica atribuído no ano de 2022 foi de 70.350,00€, distribuídos pelas seguintes federações:

Federação	Valor atribuído
FP Atletismo	17.550,00 €
FP Ciclismo	16.000,00 €
FP Judo	7.800,00 €
FP Lutas Amadoras	3.250,00 €
FP Natação	22.500,00 €
FP Tiro	3.250,00 €
	70.350,00 €

Bolsas Surdolímpicas

O pagamento das bolsas aos praticantes e treinadores foi feito diretamente pelo CPP, de forma regular, em função do nível de integração do atleta no projeto cujos valores mensais constam da tabela abaixo.

Nível	Atleta	Treinador
1	1.375,00€	1.100,00€
2	1.031,00€	824,00€
Apoio à qualificação	605,00€	484,00€

As bolsas surdolímpicas atribuídas no ano de 2022 totalizam o montante 182.550,80€, distribuídas da seguinte forma:

Federação	Valor atribuído
FP Atletismo	40.582,80 €
FP Ciclismo	45.031,60 €
FP Judo	29.700,00 €
FP Lutas Amadoras	9.279,00 €
FP Natação	52.520,40 €
FP Tiro	5.437,00 €
	182.550,80 €

c. Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

Os Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul foram adiados de dezembro de 2021 para maio de 2022. Os Jogos decorreram de 1 a 15 de maio de 2022. A missão foi constituída por 33 elementos, de entre os quais 12 foram atletas e 2 parceiros de treino de 6 modalidades diferentes. Nesta competição foram conquistadas 4 medalhas (2 de ouro e 2 de bronze) e 12 diplomas (conquistas até ao 8º lugar).

O detalhe da participação portuguesa foi alvo de relatório próprio apresentado à Administração Pública em novembro de 2021.

Os custos em 2022 da Missão Portuguesa aos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021 foram de 230.232,12€.

Responsabilidade Social

Relatório de Atividades e Contas 2022



Tiago Neves, Natação
Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

7. Responsabilidade Social

IMPULSO — Bolsas de Educação Jogos Santa Casa

O setor da Responsabilidade Social integra as atividades anuais do Comité Paralímpico de Portugal através do desenvolvimento de projetos como o IMPULSO — Bolsas de Educação Jogos Santa Casa em articulação direta com os Jogos Santa Casa, patrocinador principal do CPP. Este projeto, desenvolvido em parceria com o CPP desde 2014, tem o objetivo de impulsionar os atletas estudantes, integrados nos Programas de Preparação Paralímpica e Surdolímpica a conciliar a educação académica com a sua carreira desportiva. Nesta edição foram atribuídas 11 Bolsas de Educação, com um investimento de 30.000,00€. A informação sobre o projeto pode ser encontrada em scml.pt/jogos-santa-casa/impulso/.

Comunicação e Marketing

Relatório de Atividades e Contas 2022



André Soares, Ciclismo
Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

8. Comunicação e Marketing

O Programa de Marketing e Comunicação do CPP foi gerido diretamente pelo Departamento de Marketing e Comunicação em direta articulação com a Comissão Executiva do CPP, com o objetivo de aumentar a notoriedade e visibilidade da marca Paralímpicos e da Missão Portuguesa aos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021.

No que diz respeito à componente de comunicação, destaca-se o lançamento da campanha SuperAção logo no início do ano de 2022 e a cobertura mediática dos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021.

De realçar ainda os diversos vídeos de reportagem realizados, a elaboração dos magazines televisivos em cooperação com os parceiros RTP e Sport TV e a produção e impressão de quatro edições da revista Paralímpicos.

No que concerne à componente de eventos são de salientar a Gala do Comité Paralímpico de Portugal e o Dia Paralímpico Nacional de Coimbra e, mais especificamente sobre a dimensão de marketing e patrocínios, surge em primeiro plano o estabelecimento do contrato de patrocínio com a Puma para a área dos equipamentos desportivos.

Comunicação dos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

A comunicação dos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020 foi vasta e assentou em alguns eixos fundamentais que importa destacar. Ainda antes da partida para o Brasil foi desenvolvida uma série de vídeos que deram a conhecer os atletas que estariam em representação nacional da competição, um livro de missão, uma reunião de atletas aberta à comunicação social e uma edição da Revista Paralímpicos dedicada à participação portuguesa na competição. As parcerias estabelecidas com as rádios Antena 1 e RFM deram também um contributo importante para a divulgação da Missão Portuguesa antes da partida.

A comunicação dos Paralímpicos de Portugal teve um fluxo elevado para manter os seguidores informados. De salientar a extensa cobertura da participação portuguesa na competição nas redes sociais com resultados ao minuto, álbuns fotográficos, dezenas de notas de imprensa enviadas para as redações, entrevistas, reportagens de ambiente dos Jogos, entre outros conteúdos complementares. Em adição, de salientar também o vasto espólio de qualidade, quer a nível fotográfico quer a nível de vídeo, que ficará na história do CPP. Foram publicadas nas redes sociais centenas de fotografias de competição dos nossos atletas e foram publicados mais de 50 vídeos nas redes sociais do CPP, tudo isto em 18 dias de estadia no Brasil. Em resultado do trabalho realizado, as redes sociais e site oficial do Comité Paralímpico de Portugal registaram um

crescimento significativo no período dos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021 aos níveis do alcance das publicações, visualizações, reações às publicações e número de seguidores.

Comunicação outras competições desportivas

Foi igualmente assegurada a comunicação regular dos resultados desportivos nacionais nas principais competições desportivas internacionais com especial destaque para o Campeonato do Mundo de Natação e os Jogos Europeus da Juventude, onde foi inclusivamente criada uma identidade gráfica específica para divulgação dos resultados dos atletas portugueses.

Campanha SuperAção

Em janeiro de 2022 foi lançada a campanha multiplataforma denominada “SuperAção” que teve um alargado impacto a nível nacional sob o mote “incentiva, pratica, apoia”. A campanha foi desenvolvida com o apoio da FCB-Lisboa e divulgada em larga escala com o contributo da Initiative, que possibilitou a colocação da imagem da campanha por todo o país em cartazes, mupis, outdoors, painéis led nas estações de metro, rádio, televisão, jornais, cinemas e, naturalmente, no ambiente digital. Complementarmente foi ainda produzida em articulação com o jornal Record um suplemento de 12 páginas que foi publicado na edição diária do jornal.

Dados principais da campanha SuperAção:

- Site paralímpicos.pt (12 de janeiro a 4 de fevereiro de 2022)

Com a campanha SuperAção, o site do CPP teve mais visitas durante este período, concretamente 5529 utilizadores, dos quais 5270 são novos utilizadores.

Estes utilizadores foram responsáveis pela visualização de 26282 páginas em 6455 sessões. Em média, cada utilizador demorou 00:01:18 seg na sua sessão onde visitou 4 páginas. Isto significou um crescimento em todos os indicadores comparativamente ao período anterior de 24 dias.

- Redes Sociais (12 de janeiro a 4 de fevereiro de 2022)

O número de pessoas alcançadas com as publicações neste período superou o meio milhão no Facebook chegando aos 22186 no Instagram.

Estatísticas IG entre 12/01/2022 a 04/12/2022		Comparativamente aos 24 dias anteriores	Crescimento (%)
Pessoas Alcançadas	601739	39539	1422
Novos Seguidores	153	44	248
Interação	18631	3152	491
Seguidores Atuais (7 fev)	52056		

O número da interação também foi significativamente maior (e com maior crescimento) no Facebook comparado com o Instagram.

Estatísticas IG entre 12/01/2022 a 04/12/2022		Automatic Advertising Value	Crescimento (%)
Contas Alcançadas	22186	5148	331
Novos Seguidores	84	10	740
Interação	3380	3003	13
Seguidores Atuais (7 fev)	10228		

Tanto no Facebook como no Instagram, houve um crescimento muito significativo face aos 24 dias anteriores

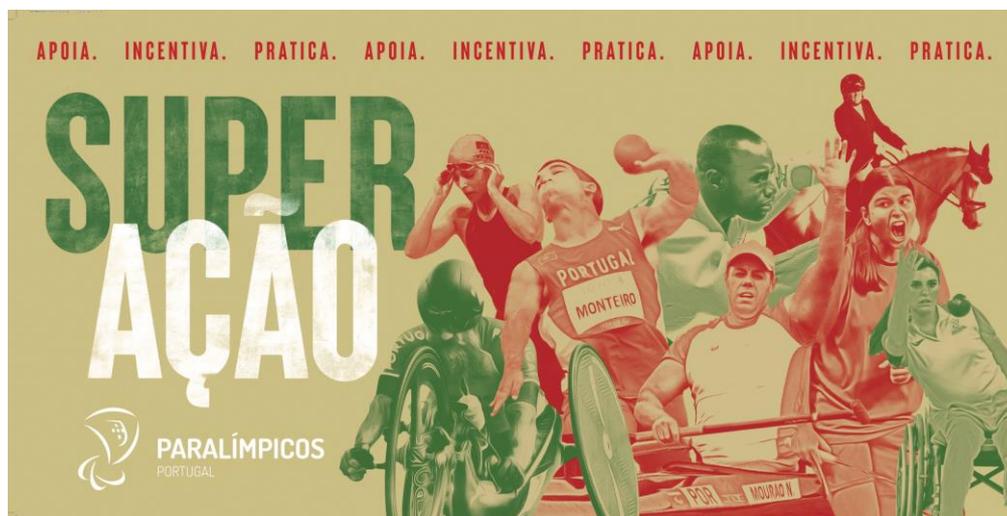
- Outros meios (12 de janeiro a 4 de fevereiro de 2022).

Relatório de Notícias da Cision (12/01/2022 a 04/02/2022)

Meio	Quantidade	Automatic Advertising Value
TV	4	533 157€
TV Online	1	104 €
Press	18	61 779,70 €
Web	32	340 625 €
Radio	1	18 460 €
Total	56	954 125,70 €

Verificou-se a presença de outdoors em todo o país de 1 de janeiro a 4 de fevereiro, conforme a distribuição geográfica apresentada no anexo 3.

Este é um exemplo de modelo de alguns dos outdoors presentes em todo o país:



Outras Campanhas

Ainda no ramo das campanhas, o CPP desenvolveu conforme habitual uma campanha de angariação de verbas com base na atribuição de 0,5% dos impostos de IRS decorrida durante o período de entrega de IRS, de abril a junho, e divulgada nas várias plataformas digitais dos Paralímpicos. O CPP desenvolveu ainda campanhas de sensibilização para outros temas, como o caso do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Dia Internacional da Mulher ou o lançamento da modalidade do Powerlifting em Portugal em conjunto com a FPDD. De referir que as campanhas internas do CPP com os temas IRS, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e Powerlifting tiveram todas um spot vídeo associado. Os atletas que participaram nestas campanhas de vídeo foram, respetivamente, João Marques, Flávio Pacheco e Simone Fragoso.

Gala do Comité Paralímpico de Portugal

A Gala do Comité Paralímpico de Portugal, celebrada no dia 25 de novembro, no Pátio da Galé, em Lisboa, teve como objetivo homenagear e distinguir atletas, agentes desportivos, personalidades, parceiros e entidades que se destacaram no movimento Paralímpico e Surdolímpico, com destaque para os intervenientes nos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021. No total, o CPP entregou 43 distinções. Todas as componentes gráficas e de imagem do evento foram produzidas internamente e o evento teve a novidade de ser coapresentado por Mariana Bártolo, médica surda.

Vídeos de reportagem

Realização de reportagens vídeo referentes a competições desportivas, eventos institucionais e rotinas de treino que aconteceram em 2022. A nível de produção de vídeo interna, ao longo do ano de 2022, foram captados, editados e publicados nas redes sociais mais de 100 vídeos. Este número indica que 2022 foi o ano com maior produção audiovisual interna do CPP desde a sua génese em 2008.

De todas as reportagens vídeo salientam-se a cobertura dos Jogos Surdolímpicos, da campanha SuperAção, a partida e chegada dos Jogos Europeus da Juventude, os dias paralímpicos e a Tomada de Posse, entre outros.



Em baixo encontra-se uma tabela que sintetiza os tipos de vídeos feitos internamente pelo CPP no ano de 2022:

Tipo de vídeo	Nº de vídeos
Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul	59
Institucionais	19
Âmbito desportivo	23
SuperAção	5
Campanhas CPP	4
TOTAL	109

De referir também a estreia dos episódios (10 no total) da segunda temporada dos filmes sobre classificação funcional desportiva nas nossas redes sociais e magazine.

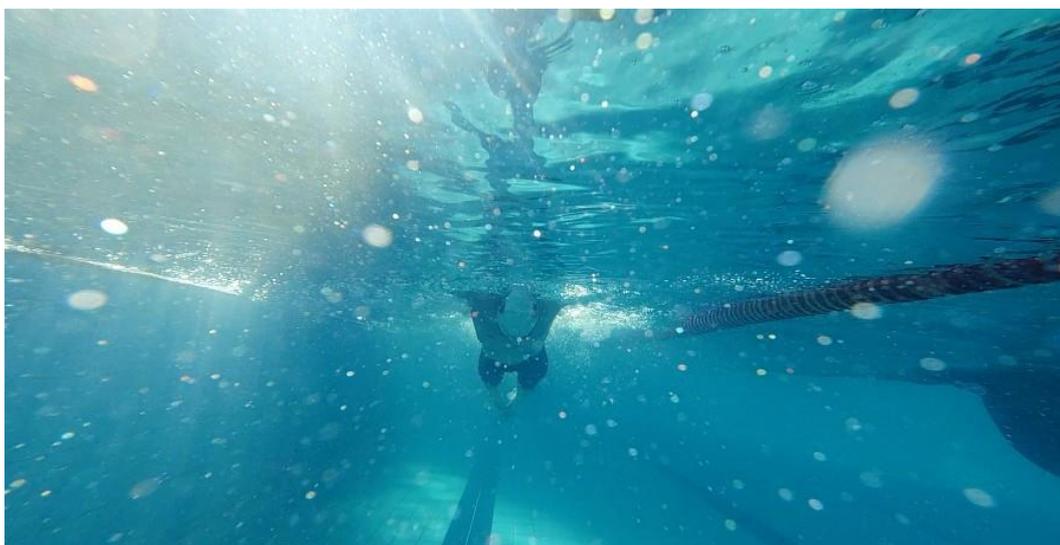
Revista Paralímpicos

Em 2022 foram lançadas quatro edições da Revista Paralímpicos no formato físico, com uma tiragem de mil unidades, e partilhadas no site oficial do CPP.



Magazines Paralímpicos (RTP2, Sport TV)

No ano de 2022 foram desenvolvidos e transmitidos 12 magazines mensais com a Sport TV e a RTP, dando assim continuidade às parcerias já estabelecidas anteriormente.



World Press Briefing Paris 2024

O World Press Briefing Paris 2024 realizou-se na capital francesa em novembro de 2022 e teve a participação presencial de um elemento do Departamento de Marketing e Comunicação do CPP. O encontro serviu para conhecer algumas das arenas desportivas dos Jogos Paralímpicos Paris 2024 e disponibilizar informações relevantes sobre a competição.

Patrocinadores e Parceiros

O ano de 2022 ficou marcado pelo estabelecimento do contrato com um novo patrocinador para a área dos equipamentos desportivos, a Puma. O anúncio decorreu na Gala do Comité Paralímpico de Portugal, sendo que o contrato tem início em 2024 e vigora até 2028. Neste período, as missões portuguesas promovidas pelo CPP irão vestir Puma.

No final do ano de 2022 começaram a ser iniciados contactos com os principais patrocinadores para estabelecer e definir o plano de comunicação de 2023, durante o qual irá iniciar-se a Campanha para Paris 2024, com o início agendado para 1 ano antes do início da competição.

Dentro destes contactos foi acordado com a Allianz a definição de um prémio de investigação, que irá ser atribuído a projetos de investigação desenvolvidos nas áreas dos movimentos paralímpico e surdolímpico.

Execução Orçamental

Relatório de Atividades e Contas 2022



9. Execução Orçamental

O Comité Paralímpico de Portugal manteve a criteriosa gestão financeira dos recursos que teve à disposição durante o ano em apreço.

Em relação ao programa de atividades regulares, a taxa de execução foi superior ao valor contratualizado com a Administração Pública em cerca de 6.525,00€. Este programa visa, essencialmente, compartilhar todas as despesas relacionadas com o normal e regular funcionamento do CPP.

O Programa de Preparação Paralímpica Paris 2024 foi executado em todas as suas vertentes. Foram assegurados os pagamentos decorrentes da gestão do projeto, as bolsas e financiamento à preparação e o apoio ao apetrechamento. No que à Missão diz respeito, foram estabelecidos os primeiros contactos com a organização dos Jogos de Paris 2024 e feitas as primeiras deslocações técnicas. Verifica-se que o PPP transita um saldo positivo de cerca de 325.123,74€ para 2023.

Em relação ao Programa de Preparação Surdolímpica e pese embora apenas a 9 de dezembro de 2022 tenha sido assinado com a Administração Pública o contrato-programa para o ano em análise, o CPP suportou os custos da gestão do projeto e assumiu o pagamento das bolsas. Ainda assim, o PPS teve um déficit de cerca de 2.933,90€.

Conforme referido anteriormente, os Jogos Europeus da Juventude foram alvo de financiamento próprio. Ainda assim, o CPP assumiu custos superiores aos contratualizados no montante de 8.489,90€.

No que ao programa de Responsabilidade Social e Desportiva diz respeito e Desenvolvimento e afirmação da marca Paralímpicos, o CPP manteve o pagamento das Bolsas de Educação Jogos Santa Casa e executou diversas ações de promoção e marketing no âmbito da marca paralímpicos.

Mapas de Execução Orçamental (ótica de caixa) 2022

Designação	ORÇAMENTADO 2022	EXECUTADO 2022
TOTAL DE CUSTOS	3.816.593,40 €	2.708.525,00 €
Atividades Regulares	443.433,00 €	276.525,84 €
Organização e gestão	249.500,00 €	185.710,64 €
Enquadramento administrativo	68.300,00 €	45.519,56 €
Enquadramento técnico	71.200,00 €	21.705,80 €
Despesas administrativas	110.000,00 €	118.485,28 €
Apetrechamento	13.700,00 €	7.846,01 €
Formação	4.000,00 €	5.146,03 €
Representações	13.400,00 €	12.706,63 €
Comissão de Atletas Paralímpicos (CAP)	4.000,00 €	316,90 €
Comunicação e Marketing CPP	33.833,00 €	49.777,88 €
Dias Paralímpicos	65.000,00 €	6.472,87 €
Classificação Desportiva	25.000,00 €	6.812,75 €
Manual de Acessibilidades em Inst. Desportivas	30.000,00 €	- €
Livro "Movimento Paralímpico"	5.000,00 €	- €
Outros (I'mPossible, Edições bibliográficas)	- €	1.736,13 €
Nova Sede CPP	100.000,00 €	37.614,10 €
Preparação Paralímpica Paris 2024	2.430.000,00 €	1.674.876,26 €
Organização e gestão	100.000,00 €	100.890,55 €
Financiamento à preparação		632.565,34 €
Bolsas Paralímpicas	2.000.000,00 €	818.367,00 €
Apoio Complementar	50.000,00 €	36.507,28 €
Esperanças Paralímpicas	280.000,00 €	75.305,94 €
Jogos Paralímpicos Paris 2024	- €	11.240,15 €

Designação	ORÇAMENTADO 2022	EXECUTADO 2022
Preparação Surdolímpica Caxias do Sul 2021 – ano 2022	598.830,40 €	267.933,90 €
Organização e gestão	15.000,00 €	15.033,10 €
Financiamento à preparação	192.500,00 €	70.350,00 €
Bolsas Surdolímpicas	161.330,40 €	182.550,80 €
Missão Surdolímpica	230.000,00 €	230.232,12 €
Jogos Paralímpicos de Inverno 2022	64.000,00 €	- €
Jogos Europeus da Juventude 2022	90.000,00 €	118.489,90 €
Responsabilidade Social Desportiva	55.000,00 €	25.500,00 €
Desenvolvimento e afirmação da marca Paralímpicos	135.330,00 €	77.352,88 €

Designação	ORÇAMENTADO 2022	EXECUTADO 2022
TOTAL DE PROVEITOS	3.816.593,40 €	2.905.450,91 €
Proveitos Suplementares	212.500,00 €	199.950,91 €
Subsídios à exploração:	3.604.093,40 €	2.705.500,00 €
Do Estado	3.604.093,40 €	2.705.500,00 €

Anexos

Relatório de Atividades e Contas 2022



10. Anexos

Anexo 1

Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2022

No âmbito das competências expressas no artigo 24.º dos Estatutos do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), cumpre-nos apresentar o Parecer relativo ao Relatório de Atividades e Contas compostas por Balanço, Demonstração de Resultados e competente anexo, assim como os demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2022, a submeter à apreciação da Assembleia Plenária do CPP.

O Conselho Fiscal efetuou o acompanhamento da atividade do Comité Paralímpico de Portugal, tendo analisado a informação financeira disponível, com resultado favorável, nada tendo chegado ao seu conhecimento que possa afetar a conformidade dessa informação.

Parecer

Face à análise dos documentos de prestação de contas apresentados pela Comissão Executiva, assim como os elementos de informação disponibilizados ao Conselho Fiscal para apreciação, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Atividades e Contas do Comité Paralímpico de Portugal relativos ao exercício de 2022.

Loures, 27 de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL

Mário Rui Coelho Teixeira
Presidente

Rui Manuel Marta
Secretário

Ricardo Alexandre Afeiteira Marques
Relator

Anexo 2

Membros do Comité Paralímpico de Portugal

MEMBROS	Ordinário	Extraordinário	Honorário	Observador	Modalidade (*)
ANDDI - Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual	✓				P
ANDDVIS - Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais	✓				P
LPDS - Liga Portuguesa de Desporto para Surdos	✓				S
PCAND - Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto	✓				P
Federação Andebol de Portugal	✓				S
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal	✓				
Federação de Desportos de Inverno de Portugal	✓				P/S
Federação Equestre Portuguesa	✓				P/S
Federação de Ginástica de Portugal	✓				
Federação Nacional de Karaté	✓				S
Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas	✓				
Federação Portuguesa de Atletismo	✓				P/S
Federação Portuguesa de Badminton	✓				P/S
Federação Portuguesa de Basquetebol	✓				S
Federação Portuguesa de Canoagem	✓				P/S
Federação Portuguesa de Ciclismo	✓				P/S
Federação Portuguesa de Corfebol	✓				
Federação Portuguesa de Golfe	✓				S
Federação Portuguesa de Hoquei	✓				
Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais	✓				
Federação Portuguesa de Judo	✓				P/S
Federação Portuguesa de Lutas Amadoras	✓				S
Federação Portuguesa de Motonáutica	✓				
Federação Portuguesa de Natação	✓				P/S

MEMBROS	Ordinário	Extraordinário	Honorário	Observador	Modalidade (*)
Federação Portuguesa de Orientação	✓				S
Federação Portuguesa de Remo	✓				P
Federação Portuguesa de Surf	✓				
Federação Portuguesa de Taekwondo	✓				P/S
Federação Portuguesa de Ténis	✓				P/S
Federação Portuguesa de Ténis de Mesa	✓				P/S
Federação Portuguesa de Tiro	✓				P/S
Federação Portuguesa de Tiro com Arco	✓				P
Federação Portuguesa de Voleibol	✓				P/S
Federação Portuguesa de Vela	✓				S
Federação de Triatlo de Portugal	✓				P/S
Confederação de Treinadores de Portugal		✓			
ESDRM – IPS		✓			
Faculdade de Motricidade Humana		✓			
FADU - Federação Académica do Desporto Universitário		✓			
Fundação do Desporto		✓			
Panathlon Clube de Lisboa		✓			
Universidade de Évora		✓			
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro		✓			
FPDD - Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência			✓		P/S
Humberto Santos			✓		
Associação Portuguesa de Direito Desportivo				✓	
Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo				✓	
Federação de JU JITSU e Disciplinas Associadas				✓	

(*) P (Paralímpica) e S (Surdolímpica)

Anexo 3

Distribuição geográfica outdoors campanha Superação

Abrantes	2	Damaia	1	Messines	1	São João da Madeira	2
Águeda	1	Entroncamento	3	Moita	1	Seixal	3
Albufeira	3	Esmoriz	1	Montijo	1	Seixal I Transtejo	1
Alcácer do Sal	1	Esposende	1	Nazaré	1	Sesimbra	1
Alcochete	1	Est. Alcântara - Terra	1	Odivelas	1	Setúbal	1
Algarve	1	Est. Campanhã Term. Minho - Douro	1	Oeiras	4	Silves	1
Almada	9	Estoril	2	Olhão	2	Sines	1
Almeirim	1	Famalicão	1	Oliveira de Azeméis	1	Sintra	3
Almodovar	1	Faro	1	Ourém	1	Tavira	1
Alpiarça	1	Faro – Afr.	1	Ourem (Fátima)	1	Tomar	2
Alverca	1	Fátima	1	Ovar	1	Torres Vedras	3
Amadora	2	Figueira de Foz	1	Palmela	1	Trofa	1
Amarante	1	Funchal	1	Parque das Nações	1	Valongo	1
Arruda dos Vinhos	1	Gaia	1	Penafiel	3	Viana do Castelo	3
Aveiro	1	Grandola	1	Pinhal Novo	1	Vila do Conde	1
Azambuja	2	Guarda	1	Pombal	1	Vila Franca de Xira	1
Barcelos	3	Guia	1	Ponta Delgada	1	Vila Nova de Gaia	4
Barreiro	1	Guimarães	3	Portimão	6	Vila Real	5
Belém	1	Lagos	2	Porto	7	Vila Real de Santo António	1
Benfica	1	Leiria	3	Porto I Metro	30	Viseu	1
Braga	7	Lisboa	10	Porto ASC	1		
Caldas da Rainha	3	Lisboa I Metro	20	Póvoa de Varzim	1		
Caminha	1	Lisboa A.P.L.	1	Queluz/ Massamá	1		
Campolide	1	Lisboa ALS	1	Queluz/Belas	1		
Cartaxo	1	Loulé	1	Quinta Shopping	1		
Cascais	3	Loures	9	Reboleira	1		
Castelo Branco	2	Mafra	1	Rio Maior	1		
Coimbra	1	Maia	4	Rio Tinto	2		
Corroios I MST	1	Mangualde	1	Santa Maria da Feira	1		
Covilhã	1	Matosinhos	2	Santarém	1		
Cruz Quebrada	1	Mealhada	1	Santo Tirso	1		



Comité Paralímpico de Portugal

Rua do Sacramento Nº4 -
R/C, Fanqueiro, 2670-372
Loures

t.: +351 219 886 552 | www.paralimpicos.pt



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Comité Paralímpico de Portugal

Contribuinte n.º 507 805 259

Sede Social: Rua do Sacramento, n.º 4, R/C, E. D

2670-372 Loures



Balanços em 31 de Dezembro de 2022 e 2021	1
Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021	2
Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021	3
Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021	4
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021	5
Anexo às demonstrações financeiras	6
1. Nota introdutória	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3. Principais políticas contabilísticas.....	6
4. Fluxos de caixa	9
5. Ativos fixos tangíveis	9
6. Subsídios do Governo e apoios concedidos.....	10
7. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	12
8. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal	12
9. Imposto Sobre o Rendimento	12
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
11. Outros ativos correntes.....	13
12. Estado e outros entes públicos	13
13. Outros passivos correntes	14
14. Diferimentos.....	14
15. Fornecimentos e serviços externos	14
16. Depreciações de ativos.....	15
17. Outros rendimentos	15
18. Outros gastos	15
19. Instrumentos financeiros.....	15
20. Fundo de capital	16
21. Outras informações.....	16

Balances em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	Notas	Exercício findo a 31/12/2022	Exercício findo a 31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	71.388	95.781
Investimentos financeiros		1.775	2.142
		<u>73.163</u>	<u>97.923</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	6,19	46.314	72.457
Diferimentos	14	9.502	8.526
Outros ativos correntes	11,19	127.882	22.765
Caixa e depósitos bancários	4,19	2.139.091	1.803.513
		<u>2.322.789</u>	<u>1.907.261</u>
Total do ativo		2.395.953	2.005.184

	Notas	Exercício findo a 31/12/2022	Exercício findo a 31/12/2021
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	20	871.909	540.910
Outras variações nos fundos patrimoniais	20	10.214	12.448
		<u>882.123</u>	<u>553.358</u>
Resultado líquido do período	20	59.334	331.000
Total do fundos patrimoniais		941.457	884.358
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	19	86.116	105.010
Estado e outros entes públicos	9,12	21.713	16.060
Diferimentos	14	750.172	558.307
Outros passivos correntes	13,19	596.494	441.450
		<u>1.454.495</u>	<u>1.120.827</u>
Total do passivo		1.454.495	1.120.827
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.395.953	2.005.184

O Contabilista Certificado

Teima Delgado

A Direcção

[Signature] *[Signature]*

Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2022	Exercício findo a 31/12/2021
Subsídios, doações e legados à exploração	6	2.548.200	2.499.418
Fornecimentos e serviços externos	10,15	(568.225)	(640.068)
Gastos com o pessoal	8	(214.274)	(169.801)
Outros rendimentos	7,17	244.397	387.149
Outros gastos	7,18	(1.920.569)	(1.727.174)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		89.529	349.524
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5,16	(29.849)	(18.178)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59.679	331.347
Juros e rendimentos similares obtidos	17	43	24
Juros e gastos similares suportados		-	(89)
Resultado antes de impostos		59.722	331.281
Imposto sobre o rendimento do período	9	(387)	(282)
Resultado líquido do período		59.334	331.000

O Contabilista Certificado

Iuima Delgado

A Direcção

Paulo Moreira

Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2022	Exercício findo a 31/12/2021
Outros rendimentos	6,17	2.792.639	2.886.590
Gastos administrativos	8,10,15	(782.499)	(809.957)
Outros gastos	5,7,16,18	(1.950.419)	(1.745.351)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59.722	331.281
Resultados antes de impostos		59.722	331.281
Imposto sobre o rendimento do período	9	(387)	(282)
Resultado líquido do período		59.334	331.000

O Contabilista Certificado

Ilima Delgado

A Direcção



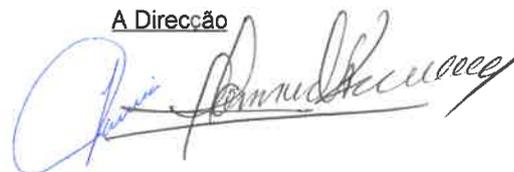
Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2022	Exercício findo a 31/12/2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Pagamentos de bolsas		(1.064.903)	(960.125)
Pagamentos a fornecedores		(1.274.168)	(1.329.143)
Pagamentos ao pessoal		(198.017)	(155.467)
Caixa gerada pelas operações		<u>(2.537.088)</u>	<u>(2.444.734)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(286)	(178)
Outros recebimentos/pagamentos		2.869.954	2.133.874
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>332.580</u>	<u>(311.039)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4.044)	(56.843)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		7.000	-
Juros e rendimentos similares		43	24
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>2.999</u>	<u>(56.819)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(89)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>-</u>	<u>(89)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		335.579	(367.947)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.803.513	2.171.460
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.139.091	1.803.513

O Contabilista Certificado

Teima Delgado

A Direcção



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						
Notas	Outras					
	Fundos	Resultados transitados	variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2022	20	-	540.910	12.448	331.000	884.358
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	331.000	(2.235)	(331.000)	(2.235)
		-	331.000	(2.235)	(331.000)	(2.235)
Resultado líquido do período				59.334	59.334	
Resultado integral					57.100	
Posição no fim do período de 2022	20	-	871.909	10.214	59.334	941.457

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						
Notas	Outras					
	Fundos	Resultados transitados	variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2021	20	-	413.044	14.683	127.866	555.593
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	127.866	(2.235)	(127.866)	(2.235)
		-	127.866	(2.235)	(127.866)	(2.235)
Resultado líquido do período				331.000	331.000	
Resultado integral					328.765	
Posição no fim do período de 2021	20	-	540.910	12.448	331.000	884.358

O Contabilista Certificado

Iúma Delgado

A Direcção

[Handwritten Signature]



Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

O Comité Paralímpico de Portugal é uma instituição de utilidade pública, com personalidade jurídica e natureza associativa, constituído em Setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas pelo International Paralympic Committee e pelo International Committee for Sport for Deaf com o objectivo de divulgar, desenvolver e defender o movimento paralímpico, bem como promover o gosto pela prática desportiva. Esta entidade tem o número de identificação de pessoa colectiva 507 805 259 e a sua sede localiza-se na Rua do Sacramento, n.º 4, r/c, em Loures.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção para a emissão no dia 7 de Março de 2023.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Credores por acréscimos” (Nota 13) e “Diferimentos” (Nota 14).



Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".



Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

a) Alterações no risco segurado;

b) Alterações na taxa de câmbio;

c) Entrada em incumprimento de uma das partes;

d) Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores/ doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Durante o exercício de 2018 foi alterada a política contabilística no que respeita ao reconhecimento de Contratos-Programa, face a exercícios anteriores. A dívida a receber relativa aos contratos-programa plurianuais era reconhecida na totalidade no momento de assinatura do contrato, sendo reconhecido o respetivo proveito no momento em que eram recebidas as verbas. Atualmente os subsídios contratualizados são analisados anualmente e reconhecidos à medida em que estejam reunidas as condições para a sua atribuição.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados em baixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2.001	2.205
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.786.466	1.450.688
Depósitos bancários prazo	350.624	350.620
	2.139.091	1.803.513

5. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de ativos fixos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fixos tangíveis		
Valor bruto	287.863	307.405
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(216.475)	(211.624)
Quantia escriturada	71.388	95.781
Equipamento básico	15.748	23.171
Equipamento de transporte	36.458	48.958
Equipamento administrativo	18.485	21.832
Outros ativos fixos tangíveis	697	1.819
Quantia escriturada	71.388	95.781



O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado em baixo:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2021	43.979	104.066	89.938	12.663	250.646
Amortizações acumuladas a 01/01/2021	(15.666)	(104.066)	(64.174)	(9.540)	(193.447)
Quantia escriturada a 01/01/2021	28.313	-	25.763	3.123	57.199
Aquisições	2.189	50.000	4.570	-	56.759
	2.189	50.000	4.570	-	56.759
Gastos com depreciações	(7.331)	(1.042)	(8.501)	(1.304)	(18.178)
	(7.331)	(1.042)	(8.501)	(1.304)	(18.178)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2021	46.169	154.066	94.507	12.663	307.405
Amortizações acumuladas a 31/12/2021	(22.997)	(105.107)	(72.675)	(10.845)	(211.624)
Quantia escriturada a 31/12/2021	23.171	48.958	21.832	1.819	95.781

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2021	46.169	154.066	94.507	12.663	307.405
Amortizações acumuladas a 31/12/2021	(22.997)	(105.107)	(72.675)	(10.845)	(211.624)
Quantia escriturada a 31/12/2021	23.171	48.958	21.832	1.819	95.781
Aquisições	-	-	5.457	-	5.457
Alienações	-	(24.999)	-	-	(24.999)
	-	(24.999)	5.457	-	(19.542)
Gastos com depreciações	(7.423)	(12.500)	(8.805)	(1.122)	(29.849)
Alienações	-	24.999	-	-	24.999
	(7.423)	12.499	(8.805)	(1.122)	(4.850)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2022	46.169	129.067	99.964	12.663	287.863
Amortizações acumuladas a 31/12/2022	(30.420)	(92.608)	(81.480)	(11.966)	(216.475)
Quantia escriturada a 31/12/2022	15.748	36.458	18.485	697	71.388

Os gastos com depreciações acima identificados encontram-se registados na rubrica de gastos de depreciações e amortizações.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha reta:

	Intervalo de vida útil
Equipamento básico	[3 a 8 anos]
Equipamento de transporte	[4 anos]
Equipamento administrativo	[3 a 8 anos]
Outros ativos fixos tangíveis	[7 e 8 anos]

6. Subsídios do Governo e apoios concedidos

O detalhe dos subsídios concedidos pelo Estado e outros entes públicos é como se segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante total atribuído	Montante recebido
Subsídios à exploração				
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	6.205.000	1.387.499	5.471.599	996.519
Instituto Nacional para a Reabilitação - INR	3.870.000	1.235.000	3.446.401	882.053
	10.075.000	2.622.499	8.918.000	1.878.572

Durante o período de 2022, e como forma de prossecução das suas atividades, estiveram vigentes no Comité Paralímpico de Portugal os contratos-programa nº CP/3087/DDF/2021, CP/2366/DDF/2021, CP/701/DDF/2022, CP/67/DDF/2022, CP/650/DDF/2022, CP/2/DDF/2022, CP/120/DDF/2022 e CP/495/DDF/2022:

a) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/3087/DDF/2021

Objeto: Aditamento ao CP/2/DDF/2018 Programa de preparação paralímpica Tóquio 2020 e Paris 2024;

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;



Comparticipação financeira: 1.230.000 Euros repartidos em 50% por cada uma das instituições, a receber durante o ano 2022;

Data de celebração: 29 de Dezembro de 2021.

b) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/2366/DDF/2021

Objeto: Missão aos Jogos Surdolímpicos – Caxias do Sul 2021

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 230.000 Euros repartidos em 50% por cada uma das instituições, sendo que em 2021 foi disponibilizado 20.000 Euros pelo IPDJ e 115.000 Euros pelo INR. O restante será disponibilizado durante o ano 2022.

Data de celebração: 30 de Novembro de 2021.

c) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/701/DDF/2022

Objeto: Programa de preparação paralímpica Paris 2024 e Los Angeles 2028;

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 9.200.000 Euros repartidos em 5.680.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 3.520.000 Euros pelo INR, a receber durante os anos 2022 a 2025;

Data de celebração: 14 de Outubro de 2022.

d) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/67/DDF/2022

Objeto: Programa de preparação Surdolímpica (Aditamento ao CP/544/DDF/2021)

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: manter a verba financeira do contrato anterior, sendo recebida em duodécimos até assinatura de novo contrato.

Data de celebração: 26 de Março de 2022.

e) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/650/DDF/2022

Objeto: Programa de preparação Surdolímpica – Caxias do Sul 2021

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 265.000 Euros repartidos em 150.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 115.000 Euros pelo INR, valores recebidos durante o ano 2022. Inclui a verba mencionada no CP/67/DDF/2022.

Data de celebração: 9 de Dezembro de 2022.

f) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/2/DDF/2022 e CP/120/DDF/2022

Objeto: Atividades Regulares

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 270.000 Euros repartidos em 150.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 120.000 Euros pelo INR, valores recebidos durante o ano 2022.

Data de celebração: 23 de Maio de 2022.

g) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/495/DDF/2022

Objeto: Missão Portuguesa aos Jogos Paralímpicos Europeus da Juventude 2022



Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude

Comparticipação financeira: 110.000 Euros recebidos durante o ano 2022.

Data de celebração: 3 de Outubro de 2022.

7. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças de cambio desfavoráveis	7	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	101
	<u>7</u>	<u>101</u>

8. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações do pessoal	160.979	137.275
Indemnizações	-	(560)
Encargos sobre remunerações	33.103	27.446
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	10.701	468
Formação	6.186	3.901
Saúde, Higiene e Segurança - Medicina do Trabalho	780	1.271
Recrutamento	2.524	-
	<u>214.274</u>	<u>169.801</u>

O número médio de pessoal no exercício de 2022 foi de 8 empregados.

9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluiu as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*



- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade do ano 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários de revisão legal de contas do exercício de 2022 ascendem a 1.750,00 Euros.

11. Outros ativos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros ativos correntes é como apresentado em baixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros ativos correntes		
Acréscimo de rendimentos		
Subsídios a receber	117.501	17.932
Outros devedores		
Devedores diversos	10.381	4.833
	127.882	22.765

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		
Retenções na fonte	(10)	(6)
Estimativa de imposto	387	282
Retenções efectuadas a terceiros	1.620	1.306
Imposto sobre o valor acrescentado		
Conta corrente	16.130	11.270
Contribuições para sistemas de protecção social	3.587	3.208
	21.713	16.060



13. Outros passivos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros passivos correntes é como apresentado em baixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos correntes		
Acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	26.769	24.833
Contratos-programa	26.646	26.646
Bolsas a liquidar	30.000	42.701
Financiamento à preparação	256.014	86.993
Esperanças paralímpicas e surdolímpicas	1.740	6.682
Apoio complementar	17.628	15.675
Outros acréscimos	21.924	63.002
Outros credores	215.773	174.918
	596.494	441.450

14. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferimentos ativos		
Gastos antecipados		
Seguros	5.253	3.842
Outros diferimentos	4.249	4.684
	9.502	8.526
Diferimentos passivos		
Derivados de subsídios, donativos e patrocínios		
Contrato-Programa 2/DDF/2018 - Toquio 2020	750.172	425.048
Contrato-Programa 2366/DDF/2021 - Surdolímpicos	-	133.259
	750.172	558.307

A rubrica de diferimentos passivos respeita aos valores a receber mencionados nos contratos plurianuais, celebrados com as entidades IPDJ e INR, cujos contratos têm a duração de 4 anos.

Em 11 de Março de 2020, o surto Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde, tendo sido declarado o Estado de Emergência em Portugal no dia 18 de Março de 2020.

Durante o ano de 2020 esta situação teve um impacto muito significativo, não só em Portugal como em todo o Mundo, resultando no adiamento para 2021 dos Jogos Paralímpicos Toquio 2020.

Não obstante não ter havido impacto no recebimento dos subsídios por parte da Tutela, esse impacto foi notório no que respeita aos custos que estavam previstos para este ano e, desta forma, foram efetuados os devidos ajustamentos contabilísticos resultantes desta situação.

15. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados em baixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	31.378	64.692
Honorários	11.368	7.745
Vigilância e segurança	3.119	2.871
Conservação e reparação	6.033	9.202
Material de escritório	484	1.628
Electricidade	2.194	1.628
Combustíveis	14.005	8.522
Água	398	345
Deslocações e estadas	193.487	244.901
Rendas e alugueres	20.781	11.031
Comunicação	7.887	7.609
Seguros	15.403	12.307
Serviços bancários	1.367	1.888
Artigos para oferta	15.030	27.805
Limpeza, higiene e conforto	4.922	4.605
Perdas de vencimento	8.347	18.372
Outros fornecimentos e serviços externos	232.021	214.918
	568.225	640.068



16. Depreciações de ativos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o resumo dos gastos com depreciações de ativos é como apresentado em baixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fixos tangíveis	29.849	18.178
	<u>29.849</u>	<u>18.178</u>

17. Outros rendimentos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos e ganhos em Ativos Fixos Tangíveis		
Alienação	7.000,00	-
Apoios de entidades privadas		
Junta de Freguesia de Loures	3.500	3.500
Câmara Municipal de Loures	20.000	20.000
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	72.235	99.486
Toyota	33.000	33.000
AdP - Águas de Portugal	15.000	15.000
IPC - Allianz	40.000	40.000
Outras entidades	49.285	174.888
Juros obtidos	43	24
Outros	4.377	1.276
	<u>244.439</u>	<u>387.172</u>

18. Outros gastos

Na data de relato a rubrica de outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	279	798
Apoios monetários concedidos		
Bolsas Atletas	569.899	542.855
Bolsas Acompanhantes	386.885	107.655
Bolsas Treinadores	125.267	314.767
Federações	759.095	744.654
Quotizações	400	2.900
Inscrições em competições	65.815	3.000
Donativos	10.150	10.000
Outros	2.779	546
	<u>1.920.569</u>	<u>1.727.174</u>

19. Instrumentos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas em baixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total
Ativos correntes				
Créditos a receber	46.314	46.314	72.457	72.457
Outros ativos correntes	127.882	127.882	22.765	22.765
Caixa e depósitos bancários	2.139.091	2.139.091	1.803.513	1.803.513
	<u>2.313.287</u>	<u>2.313.287</u>	<u>1.898.735</u>	<u>1.898.735</u>

	31/12/2022		31/12/2021	
	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos correntes				
Fornecedores	86.116	86.116	105.010	105.010
Outros passivos correntes	596.494	596.494	441.450	441.450
	682.610	682.610	546.460	546.460

20. Fundo de capital

O movimento nas rubricas do fundo de capital foi como se segue:

	31/12/2021	Aumentos	Diminuições	31/12/2022
Fundos patrimoniais:				
Resultados transitados	540.910	331.000	-	871.909
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.448	-	(2.235)	10.214
Resultado líquido do período	331.000	59.334	(331.000)	59.334
Total do fundo de capital	884.358	390.334	(333.234)	941.457

A rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais respeita à aquisição de cadeiras de rodas e handbike proveniente de verbas atribuídas pela Santa Casa para esse fim. Tendo em conta que esses bens estão reconhecidos no ativo tangível do Comité, e o seu custo é reconhecido mensalmente através das depreciações, será também reconhecida a quota-parte do donativo de acordo com essa periodicidade.

21. Outras informações

O exercício de 2020 ficou marcado, de forma decisiva, pelo surto do novo coronavírus SARS-COV-2 cuja doença COVID-19 atingiu todo o mundo e tendo sido classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de Março de 2020, situação que se mantém à data de encerramento das contas.

O impacto significativo da pandemia, não só em Portugal como em todo o Mundo e, por uma questão de saúde e segurança de todos os intervenientes nos Jogos Paralímpicos Toquio 2020, levou a que estes fossem adiados para 2021, com as devidas adaptações a que a pandemia obriga.

A incerteza provocada pela pandemia fez com que todas as previsões e muitos dos objetivos traçados para o ano de 2020 não se concretizassem, transitando assim para 2021. Nesse sentido, e através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2021 de 10 de Dezembro, foi também reprogramada a despesa necessária à execução do Programa Paralímpico Toquio 2020 para um novo valor máximo, sendo consequentemente celebrado o CP/3087/DDF/2021 onde ficou estabelecido que o período de execução apenas termina a 31 de Dezembro de 2022.

Durante o ano de 2022 foi ainda celebrado o CP/701/DDF/2022 relativo ao Programa de preparação paralímpica Paris 2024 e Los Angeles 2028, o qual inclui a verba já mencionada no CP/3087/DDF/2021, fechando assim o ciclo dos Jogos Paralímpicos Toquio 2020.

O Contabilista Certificado



A Direcção

